

**POLÍTICA EXTERNA E ASPIRAÇÕES
CENTRAIS NA SEMIPERIFERIA
FOREIGN POLICY AND CENTRAL AS-
PIRATIONS IN THE SEMIPERIPHERY**

Juliana Pinto Lemos da Silva¹

RESUMO:

A política externa brasileira tem mostrado, especialmente na última década, que o país busca um novo lugar na arquitetura da ordem internacional contemporânea, que vem ganhando contornos cada vez mais multipolares. A aspiração por maior inserção na governança global é uma das características típicas dos países que fazem parte da chamada semiperiferia, categoria da qual o Brasil faz parte. Inúmeras iniciativas podem ser listadas como estratégia de inserção internacional por parte da diplomacia brasileira durante o governo Lula (2003-2010). Este artigo propõe uma abordagem inicial a algumas dessas posições, explicando como a posição semiperiférica do país no sistema mundo atual influenciou o seu comportamento no cenário internacional durante este período. Os resultados mostram que é possível afirmar que o Brasil não apenas pregou uma maior democratização das relações internacionais, sua condição semiperiférica e sua aspiração central delinearão suas ações no plano internacional durante o período.

Palavras-chave: Sistema mundo. Brasil Semiperiferia. Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

The Brazilian foreign policy has shown, especially in the last decade, that the country is seeking a new place in the architecture of contemporary international order, which is gaining increasingly multipolar contours. The aspiration for greater inclusion in global governance is one of the typical characteristics of countries belonging to the so-called semi-periphery, category of which Brazil is a member. Numerous initiatives can be listed as an international insertion strategy done by Brazilian diplo-

macy during the Lula administration (2003-2010). This paper proposes an initial approach to some of these positions, explaining how the semi-peripheral position of the country in the current world system influenced its behavior on the international scene during this period. The results show that it can be said that Brazil not only preached a greater democratization of international relations, its semi-peripheral condition and central aspiration outlined its actions at international level during the period.

Keywords: world system. Brazil semi-periphery. Brazilian Foreign Policy.

Em um cenário onde as estruturas da ordem internacional estão pautadas por grandes mudanças de ordem econômica e geopolítica, e no contexto atual de descongelamento de poder, é natural que países que tradicionalmente não fazem parte do escol de potências centrais exponham seu desejo por maior participação e influência no sistema internacional. A projeção que muitos desses países emergentes ganharam é um indício de que um perfil mais multipolar determina o contexto atual, e que tal aspecto é uma tendência. Nesse processo de reestruturação, a conjuntura internacional contemporânea se caracteriza principalmente, pelo avanço das semiperiferias em direção a uma maior inserção internacional, pela intenção dos países da categoria de se integrar à discussão de temas de governança global, e pela defesa que fazem de uma democratização das relações internacionais.

Durante o governo de Lula (2003-2010), o Brasil deu início uma nova fase da sua política externa, uma que deu destaque ao internacional e à pauta diplomática de forma inédita. Durante os anos de política externa “ativa e altiva”, as prioridades brasileiras nas relações internacionais mudaram, e novas parcerias políticas e econômicas foram feitas. A diplomacia de Lula e Celso Amorim se tornou um emblema da busca semiperiférica por autonomia e protagonismo no plano internacional.

Os esforços do Brasil para fazer parte do contexto de tomada de decisões em espaços tradicionalmente centrais são evidentes. O perfil brasileiro é típico da categoria semiperiférica, que é essencial para o sistema-mundo, uma vez que tais países ajudam a diminuir tensões entre o centro e a periferia, portanto, favore-

¹ Juliana Pinto Lemos da Silva é bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora no Labmundo-Rio (IESP-UERJ) e no GRISUL (CCJP-UNIRIO).

cem a manutenção das relações internacionais.

Ao longo da sua história, o Brasil sempre se colocou como um promotor da democratização do sistema, mas foi sua recente ênfase no relacionamento com os parceiros periféricos e semiperiféricos do Sul que reforçou a nova direção da política externa. Paralelamente, o país não descurou dos tradicionais enlacs com as potências do centro. O fato, é que a política externa brasileira da última década focou numa inserção soberana e independente do Brasil, ao mesmo tempo em que lançou um novo olhar sobre as relações e interações do país com a chamada periferia.

Este estudo busca fazer uma reflexão sobre os novos rumos da política externa brasileira a partir de 2003, partindo de uma análise de algumas das posições adotadas pela diplomacia, e relacionando a postura mais atuante do Brasil com seu lugar semiperiférico no sistema-mundo moderno.

BRASIL SEMIPERIFERIA

Primeiramente é preciso ilustrar a situação intermediária do Brasil na economia-mundo moderna para entender seus esforços em busca de maior participação no plano internacional. Assim também se pode esclarecer de que forma se dão as relações entre os Estados neste sistema, e qual é o espaço que os países da semiperiferia ocupam na ordem internacional. A análise dos sistemas-mundo, de Immanuel Wallerstein, será o marco teórico usado.

O autor analisou a reprodução do sistema de produção capitalista nas zonas periféricas e as relações entre centro e periferia. Na economia-mundo moderna, essas relações tendem a aumentar o hiato entre os polos do sistema, isto é, estão condicionadas a comprometer a periferia em uma relação dependente e subordinada ao centro. A dinâmica das relações entre os países no sistema-mundo e as suas estruturas interdependentes é o ponto central da análise de Wallerstein. Em *The Modern World-System* (2011 [1974]: 347) o autor define um sistema-mundo como “um sistema social, que tem limites, estruturas, grupos de membros, regras de legitimação e coerência”. A economia-mundo é o sistema vigente, e o que será melhor explorado neste estudo.

São duas as características fundamentais da economia-mundo moderna. A interdependên-

cia econômica entre suas regiões é a primeira. A segunda, é divisão internacional do trabalho, que se dá de forma ocupacional e geográfica. O autor defende que a divisão internacional do trabalho permite a exploração de alguns, sempre sustentando uma geopolítica que legitima a acumulação de capital. Mariutti (2012) complementa a questão, ao afirmar que tal geopolítica reflete uma estrutura hierárquica de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação. A tendência do sistema capitalista, portanto, é distribuir as recompensas de cada atividade de forma desigual.

Portanto, a divisão geográfica desproporcional das recompensas derivadas do sistema de produção capitalista é um aspecto importante da economia-mundo moderna, e foi se baseando nela que Wallerstein (2011[1974]) dividiu as áreas do sistema-mundo atual em centro, semiperiferia e periferia, onde cada uma desempenha papéis específicos.

O centro tem como função principal reforçar as assimetrias do sistema e justificá-las ideologicamente, disputando entre si o poder de explorar os recursos das áreas periféricas. Portanto, não existe uma disposição do centro para apoiar o desenvolvimento da periferia. Na outra extremidade do eixo, estão as zonas periféricas, que assumem graus fortes de dependência em relação ao centro.

As semiperiferias são as zonas intermediárias da economia-mundo. Wallerstein defende a ideia de que cada uma passa por um processo de transição, sejam as que já foram consideradas áreas periféricas, mas foram promovidas, ou as que já pertenceram ao centro, mas decaíram na hierarquia da economia-mundo. Os países intermediários possuem uma característica que é chave para esta análise, que é o esforço para manter-se na condição de semiperiferia, mas sempre com o objetivo principal de ser promovido para o centro (RUVALCABA, 2013). Mariutti (2004: 100) fala dos esforços dos países da categoria ao lutarem para “incrementar seu poder de atuação no cenário internacional” com o fim de avançar para o núcleo.

A consequência fundamental deste comportamento da semiperiferia é que, ao intentar uma mudança de posição, as semiperiferias reforçam a exploração da periferia. Uma habilidade única da categoria se destaca nesse sentido: a de atuar tanto como área periférica, em relação aos Estados do centro, quanto como central, em

relação às zonas periféricas (TERLOUW, 2003).

No caso do Brasil, durante o governo de Lula, a diplomacia adotou um discurso a favor da solidariedade e do tratamento das assimetrias, e as relações com o Sul global se tornaram uma prioridade. Gray e Murphy (2013) afirmam que esse tipo de discurso é só retórica, e é constantemente usado para negociar posições mais fortes no sistema-mundo moderno, já que as semiperiferias disputam espaços na ordem internacional. Ruvalcaba (2013:152) conclui que, portanto, “os Estados semiperiféricos executam políticas de autoafirmação para se conservar na semiperiferia e de defesa para conservar os mercados conquistados e evitarem ser marginalizados de volta à periferia”.

Finalmente, o conceito de semiperiferia trabalhado por Wallerstein torna difícil classificar um país como tal de forma empírica. Mas o autor classificou o Brasil como um representante da categoria no sistema-mundo atual (WALLERSTEIN, 2003). As características típicas das semiperiferias ajudam a compreender a posição do Brasil no sistema, e a partir delas, é possível começar uma análise da política externa durante o governo Lula.

A POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ALTI-VA

A expressão “política externa ativa e altiva” foi usada pela primeira vez por Celso Amorim ao ser confirmado como o indicado de Lula para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. O novo ministro queria “definir em algumas poucas palavras, qual seria a diferença em relação a governos anteriores”. (AMORIM, 2014: 32). De fato, a política externa ativa e altiva adotou uma abordagem inédita sobre as relações internacionais do país e o lugar do Brasil no mundo.

Os pontos principais focam em posições específicas. A primeira é a parte da política externa chamada de “ativa”. Essa concepção bate de frente com a ideia que era bastante difundida antes de que o Brasil não deveria almejar um papel protagonista no cenário internacional porque não tinha excedente de poder, e caberia ao país não ser muito assertivo. A partir de 2003, o Brasil oficialmente se posicionou a favor de fazer mais do que reagir às agendas dadas pelas potências, e sim, passar a contribuir para sua formulação, reunindo influência necessária para inspirar a tomada de decisões.

A segunda posição diz respeito à parte “altiva”, que automaticamente se entrelaça com a pretensão de ter uma postura mais ativa. A altivez se relaciona com o desejo de tomar decisões mais autônomas e independentes, sem se submeter aos interesses das potências centrais. Um exemplo da altivez no período foi a reação brasileira à invasão do Iraque. O Brasil não era diretamente interessado no assunto, nem estava sob pressão para tomar uma posição. Apesar disso, Lula quis participar da questão, e colocou-se contra a ação norte-americana. Essa decisão mostrou uma liberdade do Brasil para com sua política externa.

Para os críticos dessa diplomacia, o governo do Partido dos Trabalhadores deixou que a política externa fosse tomada por especificidades da ideologia partidária. Acusações de antiamericanismo e de exagerado foco nas relações com o Sul foram constantes. Mesmo que ao longo da história brasileira, certas posturas (como o respeito à soberania dos países e ao direito internacional) tenham se tornado motes da diplomacia, a compreensão de política externa adotada individualmente por cada um dos governos trata de forma diferente certos assuntos. Por isso, é constantemente apontado que existe uma continuidade na política externa brasileira, ao mesmo tempo em que existe uma ruptura.

Antônio Patriota falou sobre a política externa do governo Lula e sua relação com a que foi praticada anteriormente. A de antes era “(...) mais reativa, menos criativa, menos transformadora da realidade internacional (...)” (PATRIOTA, 2014: 20). Patriota defende que, no período imediatamente anterior ao de Lula, a política externa privilegiava assuntos de foro econômico, acreditava que o Brasil não tinha excedente de poder para se envolver muito em outras áreas. A ruptura, e segundo Patriota, a característica mais inovadora da política ativa e altiva, foi “o acionamento, em sua plenitude, do que se pode chamar de agenda política, sem descuidar dos temas econômicos, comerciais e financeiros” (PATRIOTA, 2014:21).

É importante evidenciar que o contexto internacional favoreceu a ascensão brasileira, houve espaço e oportunidades para que o Brasil atuasse de forma influente nesse cenário, e para que a aspiração por um papel de protagonista no plano internacional consolidasse o país como um dos maiores pleiteadores de relações internacio-

nais mais democráticas. A defesa de uma ordem internacional baseada na justiça e mais cooperativa foi uma das grandes bandeiras da política externa brasileira no período de 2003 a 2010.

A arquitetura do sistema internacional está mudando, certamente de forma favorável para os países emergentes, e apesar de ainda existirem episódios de manifestações unilaterais de poder (especialmente por parte dos EUA), é inegável a importância das semiperiferias no plano atual.

Trabalhando a percepção de que o sistema caminha para uma configuração multipolar, e que os blocos regionais ganham força em tal cenário, faz sentido falar numa “construção de um polo de poder regional, no contexto das transformações globais em curso” (LIMA, 2014: 84). Nesse sentido, o Brasil avançou significativamente durante a última década, tendo como uma das suas prioridades as inovações na agenda sul-americana.

De acordo com Lima (2014), os sentidos político e social da integração regional ganharam espaço, sem deixar de lado o aspecto econômico. Além disso, a defesa da ideia de que o progresso do Brasil estava ligado diretamente ao da região, e vice-versa, inspirou uma perspectiva mais solidária e de identidade comum na América do Sul.

Para concluir, é importante lembrar as características principais da política externa ativa e altiva. Em primeiro lugar, o governo Lula procurou se inserir não apenas reagindo às agendas dadas pelas potências centrais e difundidas nos organismos multilaterais, mas também atuando criativa e assertivamente para que se tornasse um influenciador de agendas. Em segundo, a diplomacia tomou posições mais independentes, defendendo seus interesses de forma mais autônoma, sem se submeter às grandes potências. Em terceiro lugar, houve uma ampliação da agenda política sem descuidar das especificidades das agendas comercial e econômica. Por fim, o caráter prioritário que as relações com o Sul e a integração regional ganharam nesse período foram determinantes para as estratégias do Brasil como aspirante ao protagonismo global.

Finalmente, é necessário falar do maior desafio para a política externa atual: o de ampliar, nas suas esferas e nos ambientes de tomada de decisão, a presença da sociedade civil para que então suas posições tenham maior apoio e legitimidade. Ampliar a participação dos brasileiros no processo e inserir

a política externa no cotidiano dos cidadãos é o único caminho para que a mesma seja encarada como uma política pública (MILANI; PINHEIRO, 2013).

POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ALTIVA NA SEMIPERIFERIA

Com o lugar do Brasil no sistema-mundo atual situado, suas características como representante da semiperiferia latino-americana reveladas, e seus objetivos e aspirações internacionais como membro da categoria devidamente explicados, é o momento de analisar algumas das posições onde a política externa ativa e altiva do governo de Lula (2003-2010) buscou a inserção intensa do Brasil nos ambientes de tomada de decisão e definição de agenda. No período em que Lula foi presidente, muitos dos esforços do país para atuar de forma mais influente na governança global foram adotados como estratégia para se introduzir em espaços mais centrais.

Não cabe a esta análise, no entanto, se aprofundar nos casos onde o Brasil pregou sua independência nas relações internacionais, mas sim incentivar uma reflexão dessas posições para reafirmar que a política externa ativa e altiva não foi apenas retórica, o país foi bastante pragmático nesse sentido.

As semiperiferias que pregam a democratização das relações internacionais querem um sistema internacional mais representativo, e com mais espaço para que os países em desenvolvimento sejam ouvidos. Países como o Brasil se consideram habilitados a ocupar outra posição dentro do sistema, e mais do que isso, julgam-se líderes dos aspirantes a novos espaços na ordem internacional. Para patrocinar diplomaticamente o desejo central do país, o foco durante o período de 2003 a 2010 foi mostrar que o Brasil estava apto a desempenhar papéis mais relevantes em diversas áreas.

O processo de transformação da ordem internacional em direção a uma nova arquitetura foi intensificado pela crise financeira. Diante desse cenário, é possível afirmar que o Brasil fez avanços no âmbito econômico. Começando pela participação ativa na criação do G20 da OMC, o que reforçou seu caminho para um protagonismo econômico. O fórum da OMC é um dos maiores exemplos de como hoje, o eixo de influência das semiperiferias está se expandindo. “Hoje não se negocia nada na OMC sem que um grupo de no-

vos atores, em particular Brasil, Índia e o mundo em desenvolvimento (...) seja ouvido e levado em consideração” (PATRIOTA, 2014: 20).

Celso Amorim (2014) também falou sobre a mudança. O ministro da política externa ativa e ativa coloca que antes, as potências participavam do processo de negociação do acordo básico, enquanto a semiperiferia e a periferia se adaptavam à agenda colocada. O G20 mudou toda a dinâmica de negociações da organização. Críticas fluíram, mas a diplomacia brasileira foi firme ativa, determinando que o país não aceitaria um tratado que seria prejudicial aos seus interesses, tornando-se um dos nomes de maior destaque do G20 econômico, e confirmando sua capacidade de influência.

Ainda no âmbito econômico, Amorim resalta que a questão da Alca foi, de forma análoga, muito importante. Todo o processo de negociação do acordo até então era desfavorável para o Brasil e os vizinhos, e em benefício dos EUA. Paralelamente, o país e outros membros do Mercosul conseguiram vitórias dentro da negociação. Foi a partir de então que a instituição do acordo deixou de ser um forte interesse dos EUA. Por fim, o projeto foi abandonado. Uma vitória para a América do Sul e o Brasil.

Para se ter uma ideia da mudança de imagem que o país galgou no âmbito internacional, os resultados do Índice de Presença Global (2012) do Instituto Real Elcano indicam que o Brasil melhorou significativamente sua posição no ranking geral. O índice avalia a projeção exterior efetiva real dos países, medindo os resultados da internacionalização de cada um. O Brasil hoje está na lista dos 20 países com maior presença global. No âmbito econômico, aumentou sua projeção, ocupando o 19º lugar no ranking dos países com maior presença econômica.

Para além do campo de ação da economia, o Brasil também se destacou por um protagonismo no âmbito social. Lula é um advogado da luta contra a fome no Brasil e no mundo, o país se tornou uma referência global na área de segurança alimentar durante o seu governo. A nova imagem de global player social veio graças às estratégias de sucesso que implementou nesse sentido.

Fraundorfer (2013) fala sobre como a ActionAid “confirmou que a abordagem brasileira na luta contra a fome, sob a forma do Programa Fome Zero de Lula, foi a mais bem-sucedida estratégia no mundo em desenvolvimento”.

(FRAUNDORFER, 2013: 97-98). O programa também foi reconhecido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e pelo PMA (Programa Mundial Alimentar) como um modelo a ser posto em prática na luta mundial contra a fome e a pobreza. Segundo o autor, o Fome Zero se tornou uma referência, ao ponto de outras campanhas terem sido inspiradas no programa, como a “Grow”, da Oxfam (2011).

Foi possivelmente no âmbito político que o Brasil fez os maiores e mais importantes avanços, seja nas relações com outros países da semiperiferia e da periferia, seja nos organismos multilaterais.

Primeiro, regionalmente. O governo do PT declarou a América do Sul e as relações com os países vizinhos uma prioridade. Lima (2014) afirma que a gestão anterior dava à dimensão política baixa prioridade, então conferir um sentido político claro ao relacionamento regional foi uma das inovações do período, não apenas se esforçando para dar mais peso político à América do Sul, mas também com o objetivo de gerar identidade e solidariedade regional.

O segundo ponto trabalhado pela autora em termos de inovações da política externa do governo Lula é o reconhecimento das assimetrias da região. No âmbito regional, um dos obstáculos do Brasil, historicamente, foi a resistência por parte de alguns vizinhos. A estabilidade sul-americana é duradoura, mas existem rivalidades regionais que fragilizam essas estruturas. Muitos afirmam que há um “Imperialismo Brasileiro” tentando se firmar na América do Sul, com uma política de expansão e domínio econômico por parte do país.

Nesse sentido, Lima aponta uma convergência, a partir do governo Lula, entre o que o Brasil sempre pregou e a direção da política externa colocada em prática. Finalmente, o país que sempre defendeu o tratamento especial para os países em desenvolvimento por parte do centro, agia em prol da tentativa de atenuar assimetrias entre os países da sua própria região.

Essa mudança tem muito a ver com o interesse do Brasil em fazer da América do Sul um polo de poder no sistema-mundo multipolar em formação, que segundo Preciado (2008:254) “não se limita à dimensão econômica e comercial, mas abrange uma negociação crescente de espaços e âmbitos de poder entre centro e periferia”. Lima (2014) destaca que essa é uma diferença em relação

à gestão anterior, que preferia um alinhamento aos eixos de poder e a manutenção do status quo da governança global. O regionalismo pós-liberal é que deu espaço para que as mudanças no Mercosul acontecessem, para que as dimensões política e social ganhassem maior importância no contexto das relações regionais e para que instâncias cooperativas e com perfil não tão convergente com os interesses dos EUA, como a Unasul (União das Nações Sul-Americanas), passassem a existir (LIMA, 2014). Os avanços do Brasil na América do Sul no campo político foram e são muito importantes para a estratégia de inserção internacional brasileira e para suas aspirações centrais.

Nos fóruns, o Brasil ampliou sua participação e seu protagonismo. Junto aos BRICS, o país reforçou sua intenção em tomar parte no multilateralismo de forma mais ativa e institucionalizada politicamente. A questão da reforma institucional da ONU, que se arrasta por décadas, também é um forte interesse do Brasil. O anacronismo das formas de representação dentro da instituição e dos seus órgãos é um dos pontos mais criticados. O Brasil, como defensor da reforma, argumenta que ampliar a representatividade nas Nações Unidas, e especialmente no Conselho de Segurança, faria com que as decisões tomadas no seu interior fossem mais eficazes e legítimas. Sobre a candidatura brasileira a uma cadeira permanente no Conselho, que pode ser encarada como uma estratégia de inserção em espaços que são tradicionalmente liderados por países do centro, o Brasil defende que um país latino-americano poderia trazer pontos de vista alternativos e novas perspectivas para o Conselho.

Por fim, a Declaração de Teerã, episódio importantíssimo para a diplomacia brasileira, também deve ser mencionada. A declaração foi uma demonstração de altivez do Brasil, porque provou que o país tinha faculdade para firmar um acordo sobre um assunto que causava tensão entre os países do centro e a periferia, reforçando a qualidade do país de moderador de conflitos.

Concluindo, as ações em prol da inserção do Brasil ao longo dos mandatos de Lula da Silva demonstram que o país não apenas pregou uma postura mais autônoma e independente nas relações internacionais, mas atuou incansavelmente nesse sentido. Todos esses exemplos tra-

tam da aspiração brasileira de ser um candidato à promoção para o centro, e aparecem como instrumentos de contribuição para tal objetivo.

A questão é que existem obstáculos para o Brasil. Sejam eles de natureza sistêmica, regional ou interna, há problemas que levantam questões sobre a possibilidade de um semiperiferia plenamente ocupar espaços centrais na economia-mundo moderna.

CONCLUSÃO

Com a campanha por uma democratização das relações internacionais por parte das semiperiferias, a estratégia de inserção internacional defendida pelo Brasil com a política externa ativa e altiva ganhou destaque na conjuntura de reconfiguração para um sistema multipolar. Por conta das desigualdades presentes na economia-mundo moderna, o caminho em direção ao reconhecimento global é mais sinuoso para países membros da categoria intermediária. A análise dos sistemas-mundo explica o principal obstáculo no caminho de semiperiferias ávidas por mais protagonismo: o próprio delineamento funcional do sistema.

Os representantes do centro querem garantir que o desenvolvimento da semiperiferia não afete os seus interesses nacionais. Se propaga a ideia de que as potências preferem que a semiperiferia seja passiva à adoção de regras, e se prega que tal estratégia é a mais bem-sucedida para se inserir na ordem internacional, e não uma postura mais autônoma, independente e soberana. As potências gozam de maiores atribuições para amparar suas aspirações individuais e abusam de mecanismos institucionais para se sustentarem no centro do sistema internacional.

A conclusão a que se chega é que a semiperiferia e a periferia precisam se unir, já que o cenário parece evoluir de forma favorável, mas o descongelamento de poder da economia-mundo se dá de forma muito lenta. Em fóruns multilaterais como a ONU, as decisões e acordos formulados ainda pendem mais para as vontades das grandes potências, de forma que não há vontade política para fazer reformas democratizantes, que empoderariam as semiperiferias.

O ponto decisivo para o Brasil deve ser assumir um esforço para realizar políticas públicas que apontem para uma dependência cada vez menor em

relação ao centro. Enquanto setores importantes e insumos tecnológico-científicos básicos se mostram ainda dependentes do centro, o aspecto periférico do Brasil é reanimado. Daí o debate sobre ser possível uma semiperiferia inserir-se plenamente nos ambientes tradicionalmente ocupados pelo centro.

Por fim, no Brasil não havia a tradição de pensar a política externa como um assunto que afetasse diretamente a vida dos brasileiros, e a preferência era por temas domésticos. Esse cenário melhorou, mas a pouca participação da sociedade nos debates sobre temas internacionais é um dos desafios da diplomacia brasileira, que tem de vencer a falta de diálogo com a sociedade civil. O apoio da sociedade e a manutenção da sua relação com o governo no tocante à política externa, através da ampliação de canais de participação, parece fundamental para que tal política se insira na vida do cidadão comum e mais pessoas se interessem pelas questões de cunho internacional, dando ao Brasil uma força inédita para galgar papéis de protagonismo nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. Discurso do Embaixador Celso Amorim na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 2011.
- AMORIM, Celso. Início de uma Política Externa Altiiva e Ativa. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G.R.; BERRON, G. (Org.). 2003-2013: Uma nova política externa. Tubarão: Ed.Copiart, 2014, p.32-51.
- FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o mundo – A difusão global brasileira do programa Fome Zero. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.2, n.4, 2013, p.97-122.
- GRAY, Kevin; MURPHY, Craig N. Introduction: Rising powers and the future of global governance. Third World Quaterly, v.34, n.2, 2013, p.183-193.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Avanços, impasses e desafios da integração. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G.R.; BERRON, G. (Org.). 2003-2013: Uma nova política externa. Tubarão: Ed.Copiart, 2014, p.81-96.
- MARIUTTI, Eduardo B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. Novos Estudos, 2004, p. 89-103.
- MARIUTTI, Eduardo B. A Perspectiva dos Sistemas-Mundo: Fundamentos e Tendências. In: O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p.29-74.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional, vol.35, n.1, 2013, p.11-41.
- PATRIOTA, Antônio de Aguiar. Próximos anos: cenários e desafios da política externa. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G.R.; BERRON, G. (Org.). 2003-2013: Uma nova política externa. Tubarão: Ed.Copiart, 2014, p.15-30.
- PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: Questionamentos e Alianças Centro-Periferia. Caderno CRH, v. 21, n. 53, 2008.
- REAL INSTITUTO ELCANO. Índice Elcano de Presencia Global 2012, 2012.
- RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. En las entrañas de los BRIC: Análisis de la naturaleza semiperiférica de Brasil, Rusia, India y China. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.2, n.4, 2013, p. 147-181.
- TERLOUW, Kees. Semi-Peripheral developments: from world-systems to regions. Capitalism Nature Socialism, v. 14, n. 4, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Brasil e o Sistema-Mundo: A Era de Lula. Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century, With a New Prologue. University of California Press, 2011.